

XXXI Congreso Asociación Latinoamericana de Sociología

Montevideo, 3 a 8 de dezembro de 2017

Grupo de Trabajo 08: Desigualdad, Pobreza y Exclusión Social

DISCURSOS DE ELITES POLÍTICAS E O ESCOPO DA CIDADANIA NO BRASIL:
DE FINS DO IMPÉRIO ATÉ A PRIMEIRA REPÚBLICA

Juliana Marques da Silva

IESP-UERJ

FGV CPDOC

Discursos de elites políticas e o escopo da cidadania no Brasil: de fins do Império até a Primeira República

Juliana Marques da Silva

marques.jln@gmail.com

Doutoranda do IESP-UERJ

Assistente de pesquisa do FGV CPDOC

Resumo

Este trabalho guia-se pela pergunta “percepções de elites sobre desigualdade e justiça parecem afetar, historicamente, o papel da política na coletivização de recursos?”. As perguntas subsidiárias desta pesquisa incluem: Quais são as percepções de elites políticas brasileiras, em dados momentos críticos da história nacional, sobre as causas, consequências e formas de enfrentamento de “problemas sociais”? Quais os condicionantes subjetivos (normas, valores, cognições) da distribuição de papéis e de recursos sociais? O que é considerado desejável ou indesejável, justo ou injusto, possível ou impossível expressa diferentes graus de tolerância para com desigualdades, implica em diferenciação de papéis sociais e define para que serve a política.

Parte da explicação de por que países enquadram diferentes tipos de desigualdade como “problemas sociais” e desenvolvem arranjos coletivos para com eles lidar passa pelas atitudes das elites. Se, por um lado, o que determinou a possibilidade de redistribuição pode ser explicado por uma mudança na balança de poder entre grupos de interesse e a crescente capacidade administrativa do Estado, por outro, este processo não esteve apartado de um elemento moral e sócio-cognitivo ou ideológico.

Busco mapear percepções de elites políticas brasileiras de fins do século 19 até a 1ª metade do século 20, no legislativo e no executivo, e apresentar novas pistas sobre como elas entenderam e lidaram, ao longo do tempo, com situações de pobreza e de desigualdade, conformando variados status de “cidadania” no Brasil. Viso destacar as concatenações realizadas em discursos, em sua maioria públicos, em torno das condições de possibilidade, das externalidades e das ações esperadas na lida com os “primeiros problemas sociais brasileiros”. Ao mesmo tempo, pretendo discutir um tipo de construção simbólica indispensável para a compreensão dos processos de coletivização de recursos valorizados socialmente.

Metodologicamente, viso uma análise de conteúdo, por meio de tecnologias computacionais aplicadas ao uso de fontes textuais, seguida de uma análise qualitativa e

densa de discurso, que leva em consideração o contexto sócio-político e a co-construção da realidade a partir da linguagem.

Um estudo como esse, além de procurar (re)construir o nexos entre percepções de elites e o processo político, que avança ou obsta formas de distribuir bens materiais e simbólicos, quer propor hipóteses a respeito da relação entre elites e não-elites, Estado e sociedade, políticas sociais e processos de coletivização.

Introdução

Este *paper* é baseado em meu projeto de doutorado, que se encontra ainda em fase inicial. A principal pergunta a que procuro responder é: percepções de elites¹ sobre desigualdade e pobreza parecem afetar, historicamente, o papel da política na coletivização de recursos, no caso brasileiro? O objetivo da pesquisa é mapear discursos sobre pobreza e desigualdades da elite política brasileira², membros dos Poderes Legislativo e Executivo, e estabelecer pontos de aproximação e de divergência com as diretrizes de governo de fins do século XIX até a primeira metade do século XX, mais precisamente até a Era Vargas (1930-1945).

Sabemos que o que é construído como um “problema social” varia no tempo e no espaço. Tomar a luta simbólica como objeto de pesquisa não prescinde da consideração das práticas e passa por analisar os agentes em disputa, as armas e estratégias utilizadas e, por fim, também os resultados em movimento da complexa

¹Esta pesquisa é teoricamente inspirada pela análise macro-histórica de Abram de Swaan (1990) sobre como as elites concedem parte de seu poder favorecendo políticas redistributivas. Uma perspectiva como esta se insere no marco mais amplo das teorias das elites. Vilfredo Pareto (1935), Gaetano Mosca (1980 [1939]) e Robert Michels (1968 [1915]) – considerados os pais do elitismo clássico – concordavam ao considerar a formação de minorias dirigentes uma fatalidade de toda e qualquer ordem política. Os estudos mais atuais sobre elites abrem espaço para a perspectiva da interdependência entre elites e não elites e para a pesquisa de processos de conflito e de cooperação entre diferentes grupos. Em termos conceituais, há uma proliferação de termos que se referem às elites, cuja fronteira com relação ao restante da sociedade é empiricamente fluida e analiticamente construída. Dogan (2003) chama a atenção para a diferença entre termos tão variados quanto classe governante, classe dirigente, elite política, elite econômica, grupos de lideranças, ricos, entre outros. Elites também têm frequentemente sido definidas em termos institucionais. São membros da elite aqueles atores que ocupam posições estratégicas em organizações poderosas na cena política, governamental, no setor econômico, militar, profissional, nas organizações culturais, meios de comunicação e movimentos sociais.

²Concebo a existência de uma pluralidade de elites e não de uma elite unificada. A princípio, optei por concentrar a pesquisa em “elites políticas”, sem com esta designação querer estabelecer nenhum tipo de pensamento ou curso de ação único. Um dos objetivos da pesquisa é justamente mapear diferenças de visão de mundo intra elites. A escolha pelas elites políticas guiou-se pelo melhor acesso a fontes primárias e pelo pressuposto de que o controle do Estado foi e continua sendo fundamental para a distribuição de recursos socialmente valorizados. Concebo a possibilidade de alargar o foco para incluir “elites do poder”, que além dos líderes políticos nas três esferas de poder do Estado podem reunir grupos ainda mais distintos, como líderes de atividades econômicas e militares (MILLS, 1981).

dinâmica social, especialmente no caso de perspectivas macro-sociológicas, como é o caso aqui (CHAMPAGNE et al., 1998).

Percepções sobre causas, conseqüências e possíveis soluções para situações de pobreza e desigualdade nos permitem (re) construir os diferentes enquadramentos desses dois grandes “problemas nacionais”, tão prementes quanto persistentes, e que, no entanto, incorporam significações diferentes ao longo da história do país. A minha expectativa é de que tais enquadramentos nos ensinem sobre as concepções por detrás das práticas que definem o escopo da cidadania no país.

Será relevante distinguir as posições existentes no seio da elite política brasileira, apontar que setores da elite concordam entre si e quais estão em disputa quando o que está em jogo é a (re) distribuição de recursos socialmente valorizados, relacionados a cinco tipos básicos de “liberdades instrumentais”, a saber, liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora³ (SEN, 2010). Trata-se aqui de investigar o processo de transformação lenta do Estado, com vistas a diferentes configurações de poder (ou, nos termos de Amartya Sen, de distribuição de capacidades⁴).

Uma maneira pragmática de abordar que crenças, valores e normas orientam a lida com as desigualdades e a pobreza é olhar para os momentos controversos da política nacional, ou seja, tomar como material empírico para análise as defesas, críticas e reações a políticas que tratam diretamente da coletivização de liberdades substantivas ou de capacidades.

³ Na perspectiva de Amartya Sen, as liberdades políticas incluem os direitos civis, de modo geral, e estão relacionadas à escolha de governantes e dos princípios que os regem, além de abrangerem a capacidade de fiscalização e de crítica ao governo. Os intitamentos econômicos de um indivíduo, família ou grupo guardam relação com as oportunidades de produção, de troca e de consumo, bem como com a produção e distribuição de renda e riqueza, por um lado, e de ônus e perdas, por outro. As oportunidades sociais são garantidoras de intitamentos básicos para exercer outras liberdades, com a política e a econômica, por exemplo, a partir da garantia de saúde e de educação. As garantias de transparência estão relacionadas ao pressuposto de que as sociedades operam, em alguma medida, a partir do sentimento de confiança. As garantias de transparência promovem, assim sendo, a liberdade de indivíduos se relacionarem sob garantias de clareza - uma base importante para o fenômeno da cooperação. Por fim, a segurança protetora está relacionada a existência de uma rede social de proteção para impedir que pessoas vivam em condições de vulnerabilidade extrema.

⁴ A ideia de que pobreza e desigualdade social dizem respeito apenas à renda já é amplamente criticada, embora ainda seja frequente que pesquisas no campo da Economia utilizem renda como proxy para situações de pobreza e desigualdade. A renda tem, de fato, grande influência sobre os níveis de qualidade de vida das pessoas, mas a ampliação do enfoque informacional, conforme advoga SEN, dentre outros muitos cientistas sociais, busca dar tratamento mais adequado às “variações relevantes na relação entre renda e recursos, de um lado, e bem-estar e liberdade, de outro” (SEN, 2010:102). Nesse sentido, Sen correlaciona liberdade substantiva à noção de capacidades (ou conjunto capacitário). A capacidade de uma pessoa diz respeito à liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de recursos e liberdades instrumentais para viver o estilo de vida que julgar melhor para si. A variação no que uma pessoa pode considerar valioso ter ou fazer tem raízes morais e, portanto, culturais. São essas construções que pretendo iluminar ao estudar as percepções de elites sobre pobreza e desigualdade.

Com este propósito, escolhi tratar de três tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas, a partir dos debates sobre participação política e reforma do código eleitoral; facilidades econômicas, a partir da disputa a respeito da regulação do trabalho livre e do acesso à terra; e oportunidades sociais, a partir das propostas do movimento higienista e de reforma no ensino.

O recorte temporal escolhido para a pesquisa apóia-se em extensa bibliografia sobre os primeiros enquadramentos de “problemas nacionais” que mobilizaram a atenção das elites, conformando variados status de “cidadania” no Brasil (NOVAIS & SEVCENKO, 1998; VERENA, GOMES & PANDOLFI, 2002; SCHWARCZ, 2012; CARVALHO, 2013; SCHWARCZ, 2013; SCHWARCZ & STARLING, 2015). A partir da Revolução de 1930, uma série de mudanças profundas tem lugar no país, a ponto da historiografia considerar este o marco inicial da Segunda República no Brasil. Como estou interessada em percepções em disputa ao longo do tempo, considero importante estender o recorte da análise de forma a englobar dois períodos que são interpretados, de forma geral, como diferentes, e desta forma acompanhar as mudanças (ou a falta delas) nos discursos em relação.

Uma vez realizado o mapeamento das percepções de elites, caberá analisar em que medida os múltiplos posicionamentos foram (in) conciliáveis - cenário a partir do qual se dá a disputa política. Putnam (1976) afirma que a contribuição da pesquisa sobre percepções de elites é sua capacidade de mostrar se há ou não expectativas de mudança do sistema político no longo prazo.

Em debate com a literatura

Parte da explicação macro-sociológica de porque países enquadram diferentes tipos de desigualdade como “problemas sociais” e desenvolvem arranjos coletivos para com eles lidar passa pelas atitudes das elites. Partindo do pressuposto de que as elites controlam a maior parte dos recursos materiais e simbólicos de uma determinada comunidade política e, portanto, têm grande peso na determinação do padrão distributivo de uma sociedade, é indispensável que nos perguntemos sobre como as elites interpretam a existência da pobreza e da desigualdade, de que forma elas se vêm ou não implicadas na sua reprodução e como elas entrelaçam suas ações com os destinos dos mais desfavorecidos na sociedade.

Partir do ponto de vista das elites para estudar pobreza e desigualdade não significa ignorar que pressões vindas de baixo são relevantes para a questão - freqüentemente, as elites respondem a essas pressões. Tampouco quer dizer, necessariamente, que pobreza e desigualdade existem como tal porque as elites têm certos valores ou se comportam de determinada maneira.

Dada a multidimensionalidade dos recursos de poder – político, econômico, simbólico –, que podem ser combinados na e atuarem sobre a estrutura social, mantendo-a e transformando-a (SEWELL, 1989), não é possível estabelecer, com segurança, uma relação direta entre valores e interesses das elites, influência sobre a máquina estatal e a elaboração de uma agenda política (INGLEHART & WELZEL, 2005). Porém, se, por um lado, o que determinou a possibilidade de redistribuição pode ser explicado por uma mudança na balança de poder entre grupos de interesse e a crescente capacidade administrativa do Estado, por outro, este processo não esteve apartado de um elemento moral e sócio-cognitivo em transformação (SWAAN, 1990).

O que é considerado justo ou injusto, desejável ou indesejável, possível ou impossível expressam diferentes graus de tolerância para com desigualdades, implica em diferenciação de papéis sociais e define para que serve a política. Estas são questões fundamentalmente sociológicas sobre onde estão os limites de uma comunidade, dentro dos quais é possível reivindicar solidariedade e justiça. Crenças, normas e valores⁵ afetam a probabilidade de apoio a políticas (re) distributivas ou restritivas e, portanto, influenciam o desenho e a implementação de políticas, por parte das elites (REIS, 2000; REIS & MOORE, 2005; HOSSAIN, 2005; REIS, 2012; KALEBEE-NYAMONGO & MARQUETTE, 2014).

Por que e como estudar discursos?

⁵ O conceito de “percepção” refere-se a uma combinação de cognições, que são entendimentos não-avaliativos (ou melhor, que cremos não ser avaliativos); normas, que são ideias internalizadas e papéis apropriados; e valores, que são ideais normativos sobre o que nós podemos (ou não) ser, ter ou fazer. Os membros da elite transmitem em seus discursos não apenas suas crenças sobre os fenômenos da pobreza e da desigualdade, mas também seus valores e normas a respeito de como lidar com essas questões (REIS & MOORE, 2005). Nessa abordagem, não faço distinção entre crença e conhecimento, porque, por conhecimento, geralmente queremos identificar crenças que parecem verdadeiramente bem fundadas. As crenças ou os conhecimentos que temos guiam nossa ação não só porque dão corpo aos nossos valores, mas também porque estruturam nossos pressupostos sobre a realidade, sobre o passado, o presente e o futuro. Em suma, influenciam não só o que pensamos que acontece no mundo, mas também o que queremos que nele aconteça. Esta discussão será ampliada mais a frente neste trabalho.

Add parágrafo sobre estratificação social no período.

Desde a década de 1970, pesquisas estatísticas procuram demonstrar que o racismo opera estruturalmente no país desde a pós-abolição, como variável explicativa (independente) de parte das desigualdades sociais entre grupos de cor. Pretos e pardos estão expostos a desvantagens cumulativas no seu ciclo de vida individual, pois nascem desproporcionalmente em famílias de baixo status social e enfrentam, em geral, menores possibilidades de mobilidade social ascendente e maiores chances de imobilidade ou de mobilidade social descendente, tendo suas desvantagens materiais e simbólicas transmitidas de geração a geração em um círculo vicioso (HASENBALG, 2005 [1979]; NELSON, LIGIA, RIBEIRO, 2006).

A explicação histórica do ponto de partida de desvantagem dos escravizados esclarece, mas é incompleta. Práticas discriminatórias foram reproduzidas na cultura, tendo conseqüências, por exemplo, nas esferas de interação pessoal; no mundo do trabalho; na sistemática menor dotação de capacidades, como educação formal, para os grupos não-brancos; na discrepância salarial e das taxas de retorno à educação e à experiência de trabalho; na dificuldade de transmitir aos descendentes as posições sociais conquistadas apesar do preconceito e da discriminação (add referência).

Montar um mapa geral dessas percepções contribui tanto para o debate teórico sobre como idéias podem vir a influenciar ações e instituições, como para a reflexão dos gestores e formuladores de políticas públicas sobre as implicações de determinadas premissas e argumentos para o desenho e avaliação de políticas sociais. Isto porque, em meio à controvérsia pública, os a(u)tores e seus textos falam do papel da política e de diferentes atores sociais na reprodução ou na atenuação de situações de sofrimento e de grandes assimetrias do acesso a recursos valorizados socialmente.

O conceito de enquadramento (“framing”), amplamente utilizado nos estudos do discurso na mídia, também procura dar conta de padrões de cognição social ou de realidade simbólica. As diferentes definições e usos desse conceito me pareceram problemáticos, pelos mesmos motivos que aponta Campos (2014). Em resumo, o maior problema, dada a imprecisão conceitual, é o da operacionalização das análises do discurso, que em geral parecem seguir processos não formalizados e pouco claros de identificação de padrões e de interpretação.

Como resposta a essas dificuldades teórico-metodológicas, minha pesquisa une a definição de percepção apresentada anteriormente e a abordagem sociocognitiva do estudo do discurso, que relaciona estruturas sociais com estruturas discursivas através

de uma interface sociocognitiva (DIKJ, 2016, 2015). A interface cognitiva se faz necessária porque os discursos não refletem diretamente nem o que se passa em nossas mentes, nem o que se passa no mundo social.

Resumidamente, a interface cognitiva parte de um entendimento comum de que indivíduos operam no mundo munidos de memória de trabalho, memórias de longo prazo e memórias episódicas, que são fundamentais na produção e na compreensão do discurso. Estes processos mentais individuais são, no uso individual da linguagem, baseados em representações socialmente compartilhadas. Temos nesse ponto três estruturas em interação na conformação do real: mente ou cognição, comunicação ou discurso, e sociedade.

A maneira de relacioná-las, de acordo com esta abordagem, é distinguir analiticamente, através do discurso verbal, expressões do modelo mental de uma situação e do modelo mental de contexto, que podem incluir: 1. expressões do conhecimento socialmente compartilhado (crenças) que se tem sobre a sociedade; 2. atitudes sobre eventos ou temas sociais relevantes (normas); 3. opiniões (normas); e 4. ideologias (valores e interesses).

Do ponto de vista metodológico, a análise de discurso aqui defendida se inicia com a investigação, no texto, do *modelo mental de situação*, que é sempre individual porque refere-se a “sobre o quê alguém fala”. Para fazer isso, precisamos também dar conta do *modelo mental de situação de comunicação* ou *modelo contextual*, que é subjetivamente adaptado de acordo com o juízo que faz o ator social da situação em que se encontra no momento em que fala, levando em consideração o lugar, o tempo, os participantes, seus objetivos, opiniões pessoais e o conhecimento sócio-cultural mais genérico que compartilha com uma determinada comunidade linguística.

De forma esquemática, a estrutura do discurso a ser analisada inclui expressões de fenômenos sociais, tais como “crenças (conhecimento)”, “ideologias”, “atitudes” e “opiniões pessoais”.

As ideologias são consideradas aqui um conjunto inter relacionado de crenças, valores e interesses de determinados grupos sociais. Ideologias não obedecem a barreiras rígidas de pertencimento de grupo e os indivíduos são em geral inconsistentes nos seus pensamentos e nas suas ações, podendo orientar-se, de maneira variável, por diferentes ideologias, incluindo ideologias logicamente incompatíveis entre si ou com o seu pertencimento de grupo (rever, referência).

Enquanto ideologias são implícitas e formam o contexto macro semântico dos discursos, opiniões pessoais são conscientes para os falantes e comumente estão explicitadas no discurso. A maioria dos trabalhos acadêmicos sobre opinião é realizada no campo da psicologia social e dos estudos de comunicação de massa, neste último caso, o termo é geralmente restrito a ideia de "opinião pública". Muitas vezes o termo "opinião" é usado intercambiavelmente com "atitudes", assim como muitas vezes não se discute "opiniões pessoais" em contraposição a "opiniões sociais". Aqui, faremos uma diferenciação entre os dois conceitos.

Seguindo a abordagem sociocognitiva que venho discutindo, considero que opiniões são, primeiramente, fenômenos mentais individuais, enquanto que grande parte de sua aquisição, usos e funções são sociais, e sua expressão e reprodução muitas vezes (embora nem sempre) discursivas. Dito isto, considero que opiniões são crenças que pessoas têm que podem muito bem se provar falsas, e sobre as quais outros podem discordar sem que elas sejam abaladas na sua fundação. Diferentemente do conceito de "conhecimento", opiniões incluem uma dimensão normativa, ou seja, são crenças sobre algo acompanhadas de um juízo de valor. Enquanto os critérios utilizados para estabelecer "crenças verdadeiras" (conhecimento) são epistêmicos, os critérios subjacentes a "crenças avaliativas" (opinião) são normas e valores.

Em geral, as crenças que chamamos de "conhecimento" são tidas por nós como verdadeiras e, portanto, dependem de critérios socioculturalmente compartilhados de verdade científica ou outras instâncias de verificação e credibilidade. Conhecimentos também constituem a estrutura macro semântica dos discursos. Ao mesmo tempo, são abalizados por ideologias. Por conseguinte, podemos conceber que eles existem dentro e fora (ou nas margens?) das estruturas ideológicas.

Finalmente, aqui consideramos atitudes o mesmo que, em outros estudos, chama-se de "opiniões sociais". Prefiro o termo atitude, neste caso, porque para além do compartilhamento da opinião, ou seja, de uma crença avaliativa sobre algum evento ou tema, há compartilhamento de um determinado padrão de comportamento e até mesmo de sentimentos relacionados a esse mesmo evento ou tema. Ou seja, conceito de atitude engloba até três componentes: emocional, cognitivo (de crença avaliativa) e comportamental.

Metodologia e fontes

Metodologicamente, viso uma análise de conteúdo, auxiliada pelo recurso da modelagem de tópicos e do processamento de linguagem natural para extração automática de informações, seguida de uma análise qualitativa e densa de (trechos de) discursos, que leva em consideração o contexto sócio-político e a co-construção da realidade a partir da linguagem, com suas particularidades sintático-semânticas.

Para a análise de coleções pequenas de documentos, é possível à pesquisadora ou ao pesquisador ler cada documento, passar por cada página, cada parágrafo e proceder à sua maneira com a sistematização das informações encontradas. O mesmo seria inviável ou extremamente demorado para *corpus textuais* realmente grandes, contendo milhares de páginas, como é o caso nesta pesquisa. Tecnologias computacionais⁶ nos permitem hoje explorar grandes volumes de texto de uma forma que cientistas sociais e historiadores de vinte anos atrás não poderiam nem mesmo antever, possibilitando *insights* interpretativos e testes de novas hipóteses até então impraticáveis.

Modelar um tópico significa realizar uma modelagem probabilística de ocorrências de frequência de termos (palavras) em documentos. A modelagem pode ser usada tanto para estimar a similaridade entre documentos como entre um conjunto de palavras-chave, referido como “tópico”. Os “tópicos” produzidos são, em outras palavras, *clusters* de palavras semelhantes. O modelo capta essa suposta semelhança em uma estrutura matemática, que permite examinar um conjunto de documentos e descobrir, a partir das estatísticas das palavras em cada documento e com base no

⁶ O subcampo da ciência da computação conhecido como “Machine learning” é fundamental para a criação desse tipo de tecnologia, que as ciências humanas têm começado a explorar. A ideia central em “Machine learning” é a de que computadores têm capacidade de aprender “sozinhos”, ou seja, sem serem programados para tal em todas as fases de aprendizado. A partir de estudos sobre reconhecimento automático de padrões e de teorias da aprendizagem na área de inteligência artificial, esse subcampo se especializou na construção de algoritmos capazes de aprender a partir da predição de dados para então fazer ele próprio essas predições ou mesmo tomar decisões baseadas nessas predições. O computador faz isso através de um modelo matemático/estatístico, que é treinado a partir de amostras fornecidas pelo pesquisador (o próprio material empírico da pesquisa). A “mineração de (grandes quantidades de) dados”, por sua vez, significa a realização de uma análise exploratória dos dados, baseada também em aprendizagem “não-supervisionada” ou automática, como é o caso da modelagem de tópicos. Muitas vezes “machine learning” e “mineração de dados” são confundidas. Ambas podem empregar os mesmos métodos e se inter-relacionar, mas não são a mesma coisa. Enquanto “machine learning” se concentra em prever com base em propriedades aprendidas a partir dos dados de treinamento oferecidos pelos pesquisadores, “mineração de dados” se concentra na descoberta de propriedades (anteriormente) desconhecidas nos dados de interesse dos pesquisadores. Um aplicação de “machine learning” primordial para a pesquisa que pretendo realizar se dá no “processamento de linguagem natural”, que é um subcampo da linguística computacional. O que esses campos de estudos e métodos nos mostram é que a interdisciplinaridade entre áreas de conhecimento aparentemente tão distantes, como ciência da computação e estatística, por um lado, e linguística, história e ciências Sociais, por outro, já produz importantes inovações e precisa se popularizar, tanto na prática de pesquisa, como no ensino e nas atividades de extensão. Há ainda muito trabalho pela frente no que diz respeito ao entendimento entre profissionais e estudiosos dessas diferentes áreas, passando pela construção de um conhecimento de base comum, pelo reconhecimento de interesses compartilhados e de áreas de atuação conjunta.

conhecimento especializado de área, que tópicos podem emergir e quais são as distribuições de tópicos em cada documento.

Grosso modo, modelar tópicos significa classificar, através de um modelo estatístico, conjuntos de documentos em temas, de forma exploratória para organizar e extrair sentido a grandes quantidades de texto. Além de apresentar um valor heurístico próprio, esse método auxiliará a seleção de documentos para a análise densa de discurso.

Já o processamento de linguagem natural converte a linguagem humana em representações formais manipuláveis por programas de computador. A partir da criação de regras linguísticas, esse método permite extrair automaticamente informações do *corpus* textual, como por exemplo, nomes de pessoas, de organizações, de lugares, datas e, com maior grau de dificuldade e de erro, eventos.

Este método e a análise qualitativa de discurso têm em comum o uso de uma série de marcadores textuais de relações semântico-gramaticais que são passíveis de interpretação. As principais relações entre sentenças seguem enumeradas a seguir e compõem as redes de significações a serem montadas durante a análise do material empírico. Estes marcadores podem ser de tipo:

- 1) Causal:
 - a) razão (porque, por razão)
 - b) consequência (então)
 - c) propósito (a fim de)
- 2) Condicional (se, somente)
- 3) Temporal (quando)
- 4) Aditiva (e, além disso, ademais)
- 5) Elaborativa (incluindo exemplificação, clarificação)
- 6) Contrastiva / concessiva (mas, entretanto, todavia)

Em síntese, a análise das relações internas dos textos inclui:

- a) relações semânticas: locais (significado entre palavras, expressões e elementos das orações) e sequenciais (entre orações);
- b) relações morfossintáticas: substantivos comuns e próprios, verbos, complementos nominais e adjuntos adnominais, sujeitos e predicados etc.;
- c) relações de vocabulário: principalmente frequência de palavras ou significados (uso de sinônimos).
- d) elementos ausentes (que poderiam estar presente mas não estão).
- e) intertextualidade;
- f) pressuposições (ou “ausentes presentes”: significados implícitos, implicações lógicas e suposições sem embasamento empírico expresso).
- g) nível de dialogicidade.

Por fim, a seleção de fontes primárias para esta pesquisa foi guiada pelos três recortes apresentados anteriormente e os casos associados a eles (debates sobre reforma eleitoral, agrária e no ensino, regulação do trabalho e políticas sanitárias). Elas incluem compêndios de discussão no Congresso, mantidos já em formato digital pelos arquivos públicos a nível federal, arquivos pessoais de membros do Executivo, disponíveis também em formato digital no acervo histórico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil e da Fundação Casa de Rui Barbosa. Esses papéis pessoais incluem cartas, discursos, pesquisas autorais ou encomendadas, entre outros tipos de materiais, como fotografias, panfletos, recortes de jornais e livros. A pesquisa relacionada aos acervos do Poder Judiciário ainda não foi realizada.

Pós-abolição e construção seletiva da cidadania

Quando procuramos identificar os marcos de referência para a construção da identidade nacional brasileira e buscamos compreender a natureza dos principais dilemas do país, os de quase dois séculos atrás e os atuais, os problemas sociais relacionados às “desigualdades sociais” e à “questão racial” têm incontestável destaque.

O Brasil foi a última nação a abolir a escravidão moderna nas Américas, em 1888, após impor a imigração forçada de mais de 4 milhões de africanos ao longo de quase 4 séculos⁷. No contexto de emergência das teorias racialistas do século XIX, o paradoxo da nacionalidade brasileira residia na suposta impossibilidade de desenvolvimento de um Estado cuja formação social era vista como racialmente heterogênea e, por conseguinte, problemática. A composição racial do Brasil parecia, aos olhos da elite internacional e nacional, condená-lo ao atraso e a “involução”, em contraposição à modernidade européia, exaltada pelas suas conquistas e superioridade.

Interpretações do Brasil a luz do darwinismo social e das teorias sobre raça tidas como científicas introduz na análise social idéias como seleção natural do mais forte, hierarquia, competição e degeneração das hibridações (ou seja, condenação da miscigenação) e, enfim, a concepção de diferentes raças humanas, cada uma com suas características fenotípicas, morais, comportamentais e mesmo de aptidão cognitiva, figurando em níveis distintos na escala de evolução biológica e cultural da humanidade.

⁷ O Brasil é a nação que tem a maior população afrodescendente fora do continente africano.

Nesse contexto, a relação das elites com a maior parte da população, pobre e mestiça, é muitas vezes intermediada pela Medicina Legal, pela Criminologia e pelo controle e disciplinarização do trabalho. A tematização racial se tornou central para o debate sobre a constituição da nação e esvaziou outros temas possíveis, como os vinculados à cidadania. As teorias raciais permitiram que fossem naturalizadas as desigualdades e hierarquias, enquanto as teorias eugênicas que concebiam o aprimoramento possível das raças através da miscigenação controlada redimiam o país. Desta forma, não parecia mais inviabilizada a constituição de uma nação mestiça. (HOLLOWAY, 1997; MAIO, 1998; SCHWARCZ, 2008; SKIDMORE, 2012).

Foi durante o Segundo Reinado (1840-1889) do Brasil Império que a crítica ao regime escravista, instaurado desde o período colonial (1500-1815), ganhou o parlamento (ALONSO, 2015). Primeiramente, a oposição concentrou-se no tráfico de escravos e gradativamente, com muita resistência, a existência *per si* da escravidão foi contestada. A elite, preocupada com o processo de formação da nação, discutia os efeitos da permanência da escravidão para o desenvolvimento. O problema da escravidão era também o problema da “raça negra” e da “miscigenação”.

O tema da necessidade da transição do trabalho escravo para o trabalho livre era defendida à época menos em relação à humanidade e dignidade dos indivíduos escravizados e mais em relação ao ganho material e de desenvolvimento intelectual e moral da nação brasileira como um todo, que precisava modernizar-se, de acordo com parcela progressista de sua elite. Joaquim Nabuco, o mais célebre dos abolicionistas brasileiros, procurava convencer o Congresso e a Casa Imperial de que o trabalho livre era mais vantajoso do que o escravo, do ponto de vista econômico, social, intelectual e, enfim, moral. Cabe ressaltar que mesmo as perspectivas mais progressivas para a época não deixavam de subscrever ao projeto de branqueamento da população.

Não por acaso que, após a abolição, o Estado passou a apoiar, inclusive com financiamento direto, a imigração de trabalhadores livres europeus, principalmente italianos e poloneses. De 1884 a 1920, estima-se que entraram no Brasil cerca de 3 milhões de imigrantes europeus, enviados primeiramente para as fazendas de café e depois desviados também para trabalhos urbanos na cidade.

Existe já uma rica bibliografia sobre os movimentos migratórios de populações estrangeiras e da população afrodescendente dentro do território nacional, em busca de uma melhor vida. É extensamente documentada a dificuldade de inserção no mercado de trabalho enfrentada pelos brasileiros afrodescendentes, dada a discriminação por

parte dos empregadores e a competição com os imigrantes europeus (PIERSON, 1945; FERNANDES, 1978; GRAHAM & HOLLANDA, 1984; ALANIZ, 1997; OLIVEIRA, 2002; SILVA, 2016).

Logo após a abolição da escravidão, cai o Império e instaura-se, via golpe militar, a República, em 1889. O novo regime teve, na verdade, caráter conservador com relação à mudança social. No que diz respeito às oportunidades sociais, a Constituição liberal de 1891 retira do Estado a obrigação de oferecer assistência social e educação primária gratuita. Em geral, conflitos sociais eram encarados como casos de polícia.

O coronelismo é apresentado como fenômeno estruturante da organização social, política e econômica da Primeira República (1889 - 1930), que substitui o centralismo imperial pelo federalismo, concentrando poder em nível regional. O sistema coronelista foi marcado por uma rede complexa de relações de favor e de compromisso que envolvem desde o “coronel” local, que era o representante das poderosas oligarquias agrárias que começavam a declinar em poder econômico e social, os governadores dos Estados e o presidente da República.

Na medida em que o novo regime político ampliava a base representativa, os chefes locais passaram a barganhar os recursos do governo central e estadual através do oferecimento de votos da sua zona de influência. O controle rígido sobre os votos era realizado via cabos eleitorais (cooptação) e capangas (violência), constituindo os “currais eleitorais” e produzindo o chamado “voto de cabresto”. Em troca, os chefes locais recebiam privilégios, como nomeação de cargos, leniência no julgamento das ilegalidades que praticavam e recursos financeiros.

Aos libertos não foram garantidos empregos, nem educação e tampouco terra. Haviam migrado muito internamente, mas continuavam a se concentrar no campo. O brasileiro comum, no meio rural, era tão desamparado que tinha o senhor local como benfeitor, sendo ele o único intermediário entre essa parcela mais pobre da população e o Estado. Havia muito sucesso em se fazer desconhecer a arbitrariedade e em se fazer reconhecer os benefícios daquela relação social de dominação. O clientelismo político e o mandonismo tinham raízes, portanto, no clientelismo econômico.

As linhas de fuga de um sistema tão rígido, em que as oligarquias estaduais e locais competiam ferozmente para assegurar a aliança no poder, eram ora radicais, como nos casos das revoltas messiânicas de Canudos (1897) e de Contestado (1915), ora furtivas e difíceis de recapitular, a não ser via registros de memória, criminais, artigos

de jornais e documentos de associações civis que resistiram à passagem do tempo (SILVA, 2016).

Em resumo, as formas de organização da população com o objetivo de garantir melhores condições de vida variaram desde o apadrinhamento político por coronéis, passando pela ajuda vicinal, organizações religiosas ou beneficentes até a constituição de movimentos revolucionários, incluindo aí os anarquistas e operários, ativos desde a década de 1870⁸ (CARONE, 1976). Estes últimos pressionaram as elites a implementarem avanços sociais, especialmente na concessão de liberdades políticas e, mais tarde, também de direitos trabalhistas⁹.

Nesse período, as reformas urbanas, a preocupação com saneamento se destacam nas cidades, embora a maior parte da população continue majoritariamente rural. Um acelerado processo de substituição de importações alavancava a indústria nacional e consolidava o deslocamento do dinamismo econômico do país para a região Sudeste (que inclui os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo), iniciado com a cultura do café ao longo do século XIX. O crescimento das cidades apresenta novos problemas para a elite, relacionados à saúde pública, moradia, transporte etc. Conflitos entre as políticas capitaneadas pelas elites e as classes populares tiveram expressão na revolta de 1904, na cidade do Rio de Janeiro, contra a vacina obrigatória e outras medidas de higiene, que incluíram a destruição de moradias populares.

A economia do café, principal produto de exportação brasileiro à época¹⁰, dominava a atenção das elites e abriu caminho para uma política industrial nascente. A aliança da lavoura e da indústria na história econômica do Brasil se dá porque as classes

⁸ Em 1890 é realizado o 1º Congresso Socialista no Brasil, presidido por França e Silva, que leva à criação, dois anos depois, do 1º Partido Socialista Brasileiro. Dez anos depois, em 1902, acontece o 2º Congresso e surge o 2º Partido (dirigentes: Ascendino Reis e Silvério Fontes). Um ano depois é fundada no estado do Rio de Janeiro a Federação Operária Regional Brasileira. Em 1905, novas federações foram criadas nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Pará. Os Congressos Operários foram realizados em 1892, 1902, 1906 e 1912. Os três primeiros congressos foram dominados por tendências anarquistas (que permaneceram dominantes no movimento operário de modo geral até a década de 1920), que apresentavam reivindicações econômicas sem representação por vias eleitorais. O último deles foi patrocinado pelo governo federal de Hermes da Fonseca, quando tenta-se controlar as organizações operárias em benefício do governo. Cabe notar que o operariado era formado majoritariamente por estrangeiros de nacionalidade italiana, espanhola e portuguesa e estava em geral desligado da vida política institucionalizada. O Partido Comunista do Brasil de origem anarquista é criado em 1919 (dirigentes: José Oiticica e Edgard Leuenroth) e o Partido Comunista Brasileiro, que seguia o modelo soviético, em 1922 (CARONE, 1976).

⁹ José Murilo de Carvalho chama atenção para como, surpreendentemente, os sindicatos rurais foram reconhecidos antes (em 1903) dos sindicatos urbanos (1907), o que ele explica a partir da presença de trabalhadores estrangeiros na cultura do café.

¹⁰ Seguido pelo açúcar, cuja produção estava em decadência, e depois pela borracha, explorada brevemente nas duas primeiras décadas da República.

agrárias e comerciais são a mesma, a princípio. Conviviam associados interesses em importação e exportação.

A classe média da Primeira República era formada de militares, funcionários públicos, comerciantes, profissionais liberais e estudantes. Esta camada - que se organiza de forma variada no período - age muito mais efetivamente como grupo de pressão do que as classes populares. Entre 1892 e 1895, ela funcionou como esteio para a estabilização do novo regime político. Em 1909, ela pressionou, sem sucesso, para uma reforma no sistema eleitoral (a favor de maior representação de minorias e do sufrágio secreto), dominado pelo sistema coronelista que protegia interesses dos grandes proprietários de terra e da incipiente classe industrial em detrimento dos seus. Nos anos 1920, ela faz pressão no Legislativo com relação à “questão da moradia”, e a revolta armada do Tenentismo¹¹ surge como solução para a sua insatisfação com as elites em condução do Estado, culminando na Revolução de 30.

Conclusão

Desde a independência garantidora de novo status jurídico-político ao Brasil, em 1822, passando pela abolição da escravidão (1888) e ao longo da primeira experiência republicana no Brasil (1889-1930), as elites enquadraram a “questão social” e a “questão racial” como os grandes dilemas nacionais a serem superados por um processo modernizador.

Do ponto de vista analítico, interessado em compreender ora o alargamento ora a contração do escopo da cidadania (entendida como distribuição de capacidades e liberdades usufruídas pela população de modo geral), a mudança social mais relevante durante o Brasil Império (1822-1889) veio com a abolição da escravidão, já muito tardia tomada em consideração o contexto internacional. Com ela, parte significativa da

¹¹ O Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (FGV CPDOC) define Tenentismo como um movimento político-militar, liderado por oficiais de baixa patente, em sua maioria, entre 1920 a 1935, que aliados às oligarquias não cafeeiras e às classes médias, opôs-se ao governo central, por meio de uma série de um levantes armados, insurreições e tentativas de golpe (em especial, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana de 1922, a Revolução de 1924, e a Coluna Prestes de 1925 a 1927), mal articulados em termos organizacionais, mas que deram peso à crise que culminou com a Revolução de 1930. O movimento defendia reformas que iam de encontro aos interesses agrários dominantes (tais como voto secreto, restabelecimento do equilíbrio entre os três poderes, ampliação da autonomia do Poder Judiciário, direitos e justiça trabalhistas e educação pública) e acabou sendo excluído parcialmente do poder pelas oligarquias vitoriosas com o golpe militar de 30. Cabe ressaltar que ideologicamente o movimento tenentista tinha inclinações elitistas e autoritárias. Optaram por não formar partidos políticos para mobilizar o apoio popular e se constituíram enquanto grupo de pressão. Tentaram implementar formas de organização política inspiradas em modelos fascistas.

população foi incorporada, formalmente, aos direitos civis e políticos¹² previstos na constituição.

Como e o quanto esta mudança formal implicou em mudança real na vida das pessoas é objeto de debate pela literatura especializada. É certo, porém, que os direitos civis das populações afro descendentes eram pouco respeitados, embora a vida dessa população tenha mudado significativamente após o fim do trabalho escravo. Os direitos sociais permaneciam ainda distantes no horizonte de possibilidades da população brasileira de modo geral.

De um lado, podemos dizer que o racismo entrou para a literatura científica e para a retórica política na virada do século XIX para o XX para explicar e legitimar a exploração econômica, a dominação colonial, legislações racistas e os horrores da escravidão e do nazismo. Porém, para além de sua instrumentalidade política, há no bojo da ficção da “raça” uma visão de mundo de raízes culturais, que traça uma diferenciação entre nós & eles (AZEVEDO, 1987).

Se, em meados do século XX, após um século de discussões sobre o racismo científico, a noção de raça biológica e até de “raça histórica”¹³ perdem espaço, a noção de “raça social”¹⁴, por outro lado, emerge e começa a lançar luz sobre os mecanismo de discriminação e de reprodução de desigualdades “raciais” e “sociais”, que guardam relação (cultural) com emoções e sentimentos de comunidade¹⁵.

Da mesma forma, a “questão social”, relacionada principalmente ao mundo do trabalho, até então quase totalmente desregulado, e também à educação, à higiene, à

¹² O colégio eleitoral abarcada todos os homens maiores de 25 anos (e em alguns casos, maiores de 21 anos). Mulheres e analfabetos não votavam, mas libertos que cumprissem os demais requisitos sim. Mais de 85% da população era de analfabetos e mais de 90% vivia em áreas rurais, sob o sistema do coronelismo. O voto era facultativo, direto e aberto. Além disso, em geral as eleições eram conturbadas, fraudulentas e violentas (CARVALHO, 2013).

¹³ O conceito de “raça histórica” refere-se à concepção de que as diferentes posições sociais e desenvolvimentos de modo geral das “raças humanas” se devem à história social e não à biologia, portanto, do ponto de vista dos que subscrevem esse ponto de vista, se a raça negra foi historicamente escravizada, então, ela tornou-se (historicamente) inferior, embora esta não seja sua condição “natural” ou uma “necessidade biológica” (NABUCO, 1949; ROMERO, 1960).

¹⁴ Nos anos 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) financiou, total ou parcialmente, uma série de estudos - que agregados passaram a compor o que se convencionou chamar de “Projeto Unesco” - sobre relações raciais no Brasil, com o objetivo de determinar como fatores econômicos, políticos, culturais e psicológicos influenciam essas relações no país, que havia ganhado notoriedade internacional por ser, supostamente, uma “democracia racial”. Para os autores da primeira fase do projeto Unesco, a noção de raça ganha maior fluidez em comparação com os estudos anteriores e é definida a partir de relações sociais e culturais. A ideia de raça, no entanto, não deixa de estar referida a fenótipos e a padrões comportamentais, reais e imaginários. A esta ideia de raça deu-se o nome de “raça social”.

¹⁵ O conceito de comunidade é polissêmico. Aqui, ele é usado para se referir a um grupo de pessoas em interação, direta ou indireta, em uma área geográfica limitada e através de instituições comuns, e que possuem senso de interdependência e integração. O conceito abarca, de maneira primordial, uma dimensão simbólica e subjetiva, relacionada à identidade e a valores compartilhados (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996).

nutrição e à habitação, recrudescem os debates sobre os limites de uma comunidade política, demarcando quando é ou não possível reivindicar solidariedade e maior igualdade na distribuição de recursos valorizados.

O objetivo final de analisar de forma detalhada a composição e a inter-relação das percepções de elites – tornadas acessíveis através da articulação, em geral pública, de posicionamentos inseridos num debate nacional - é interpretar, sob nova perspectiva, a relação entre elites, sociedade e Estado em sociedades pós-coloniais¹⁶, levando em consideração a luta e a transformação ideológica intra elites.

Bibliografia

- Alberti, Verena, Angela Maria De Castro. Gomes, e Dulce Chaves. Pandolfi. *A República No Brasil*. Rio De Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2002.
- Azevedo, Celia M. De. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro No Imaginário Das Elites, Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- Bendix, Reinhard. *Construção Nacional E Cidadania: Estudos De Nossa Ordem Social Em Mudança*. São Paulo: Edusp, 1996.
- Campos, Luiz Augusto. "A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa". *Opinião Pública* (UNICAMP. Impresso), v. 20, p. 377-406, 2014.
- Carone, Edgard. *A Primeira Republica, 1889-1930: Texto E Contexto*. Rio De Janeiro: D.I.F.E.L., 1976.
- Carvalho, José Murilo De. *Cidadania No Brasil: O Longo Caminho*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- Champagne, Patrick, Remi Lenoir, Dominique Merllié, Louis Pinto, and Guilherme João De Freitas. Teixeira. *Iniciação À Prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- Dogan, Mattei. "Introduction: Diversity of Elite Configurations and Clusters of Power." *Comparative Sociology* 2.1 (2003): 1-15.
- Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Print.
- Fernandes, Florestan. *A Integração Do Negro Na Sociedade De Classes*. São Paulo: Atica, 1978.

¹⁶ Um dos desafios da fase atual da pesquisa consiste em conhecer e dialogar com a vertente teórica do pós-colonialismo no que diz respeito aos estudos sobre cidadania.

- Gicelle, García Alaniz Anna. *Ingênuos e Libertos: Estratégias De Sobrevivência Familiar Em Épocas De Transição, 1871-1895*. Campinas: Centro De Memória, Unicamp, 1997.
- Graham, Douglas H., and Hollanda Filho Sérgio Buarque De. *Migrações Internas No Brasil: 1872 - 1970*. São Paulo, 1984.
- Hasenbalg, Carlos Alfredo, Patrick Burglin, and Fernando Henrique Cardoso. *Discriminação E Desigualdades Raciais No Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- Holloway, Thomas H. *Polícia No Rio De Janeiro Repressão E Resistência Numa Cidade Do Século XIX*. Rio De Janeiro: FGV, 1997.
- Hossain, Naomi. "Productivity and Virtue: Elite Categories of the Poor in Bangladesh." *World Development* 33.6 (2005): 965-77.
- Inglehart, Ronald; Welzel, Christian. *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge UP, 2005.
- Maio, Marcos Chor. *Raça, Ciência E Sociedade*. Rio De Janeiro: Banco Do Brasil, Centro Cultural, 1998.
- Michels, Robert. *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies*. New York: Free, 1968.
- Mills, C. Wright (Charles Wright). *A Elite Do Poder*. Rio De Janeiro (RJ): Zahar, 1981.
- Mosca, Gaetano. *The Ruling Class*: Westport, CT: Greenwood Pr., 1980.
- Nabuco, Joaquim. *Obras Completas De Joaquim Nabuco*. Sao Paulo: Inst. Progresso Ed., 1949.
- Novais, Fernando A., and Nicolau Sevcenko. *História Da Vida Privada No Brasil. Da Belle Époque À Era Do Rádio*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1998.
- Oliveira, Lúcia Lippi De. *O Brasil Dos Imigrantes*. Rio De Janeiro: Zahar, 2002.
- Outhwaite, William, and Tom Bottomore. *Dicionário Do Pensamento Social Do Século XX*. Rio De Janeiro: Zahar, 1996.
- Pareto, Vilfredo. *The Mind and Society*. London, 1935.
- Pierson, Donald. *Branços E Pretos Na Bahia Estudo De Contacto Racial*. São Paulo: Nacional, 1945.
- Putnam, Robert David. *The Comparative Study of Political Elites*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1976.

- Reis, Elisa Pereira., and Mick Moore. *Elite Perceptions of Poverty and Inequality*. London: Zed, 2005.
- Reis, Elisa P. "Percepções Da Elite Sobre Pobreza E Desigualdade." *Revista Brasileira De Ciências Sociais* 15.42 (2000): 143-52.
- Reis, Elisa P. "Poverty in the Eyes of Brazilian Elites." *The Role of Elites in Economic Development* (2012): 179-99.
- Ribeiro, Carlos Antonio Costa. "Classe, Raça E Mobilidade Social No Brasil." *Dados* 49.4 (2006): 833-73.
- Romero, Sílvio. *Historia Da Literatura Brasileira*. Rio De Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1960.
- Schwarcz, Lilia Moritz, and Heloisa Maria Murgel Starling. *Brasil, Uma Biografia*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2015.
- Schwarcz, Lilia Moritz. *O Espetáculo Das Raças Cientistas, Instituições E Questão Racial No Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2008.
- Schwarcz, Lilia Moritz. *A Abertura Para O Mundo 1889-1930*. Rio De Janeiro: Objetiva, 2012.
- Schwarcz, Lilian M. *Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário: Cor E Raça Na Sociabilidade Brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2013.
- Sen, Amartya Kumar. *Desenvolvimento Como Liberdade*. São Paulo (SP): Companhia De Bolso, 2010.
- Sewell, William H, Jr. *Toward a Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation*. Ann Arbor: U of Michigan, 1989.
- Silva, Lucia Helena Oliveira. *Paulistas Afrodescendentes No Rio De Janeiro Pós-abolição (1888-1926)*. São Paulo: Humanitas, 2016.
- Skidmore, Thomas E. *Preto No Branco: Raça E Nacionalidade No Pensamento Brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2012.
- Swaan, Abram De. *In Care of the State: Health Care, Education and Welfare in Europe and the USA in the Modern Era*. Cambridge: Polity, 1990.
- Thompson, E. P. (Edward Palmer). *A Formação Da Classe Operaria Inglesa*. Rio De Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2002.